
Fwd: Resposta a solicitação de aditamento (menor aprendiz)

De : eduardo agil <eduardo@grupoagil.com.br>

qua., 05 de jul. de 2023 09:33

Assunto : Fwd: Resposta a solicitação de aditamento (menor aprendiz) 5 anexos**Para :** Antonio <antonio@grupoagil.com.br>, Francisco Soares <francisco@grupoagil.com.br>, Lourdes Agil <lourdes@grupoagil.com.br>

O TCDF respondeu nosso pleito para aditivar um aprendiz no contrato. Segue parecer.

De: "Luciana Moreira Moura" <luciana.moura@tc.df.gov.br>**Para:** "eduardo agil" <eduardo@grupoagil.com.br>**Enviadas:** Sexta-feira, 30 de junho de 2023 17:04:30**Assunto:** Resposta a solicitação de aditamento (menor aprendiz)**FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO****Ofício nº 49/2023 - SERCO**

(Processo nº 00600-00000502/2021)

Brasília, 30 de junho de 2023.

Senhor(a) Representante,

Comunico a Vossa Senhoria que o Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no uso de sua competência, **INDEFERIU** o requerimento dessa empresa, que versa sobre a contratação de um jovem aprendiz no quadro de pessoal do Contrato nº 18/2020, sob o argumentando que deve observância aos requisitos exigidos na Lei nº 10.097/2000, bem como aos Decretos nº 9579/2018 e 11479/2023, em virtude da inexistência de obrigação expressa de contratação de jovens aprendizes pela Administração Pública, conforme documentos anexos.

3. Para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, favor entrar em contato por meio do correio eletrônico serco@tc.df.gov.br.

Atenciosamente,

ASSINADO DIGITALMENTE
LUCIANA MOREIRA MOURA
Serviço de Contratos

 **Oficio Agil.pdf**
219 KB

 **Presidencia Agil.pdf**
332 KB

 **CJ Agil.pdf**
578 KB

 **SEGEDAM Agil.pdf**
327 KB

 **Serco Agil.pdf**
377 KB



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO
SERVIÇO DE CONTRATOS

Proc.: 502/2021
Cleusa Pitanga

Processo nº: 00600-00000502/2021

Despacho nº: 48/2023 – SERCO

Assunto: Contratação de jovens aprendizes no âmbito do Contrato nº 18/2020.

Interessada: ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA.

Senhor Secretário de Licitação, Material e Patrimônio,

Versam os autos sobre o **Contrato nº 18/2020** (peça 2), firmado entre o **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF** e a empresa **ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA**, cujo objeto refere-se à prestação dos serviços de vigilância patrimonial armada (LOTE 1), para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), de acordo com as especificações e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 17/2020 e seus anexos.

2. Em 17/04/2023, a Contratada encaminhou a essa Secretaria o Ofício nº 036/2023 (peças 201 e 202), no qual solicita a contratação de um jovem aprendiz no quadro de pessoal do Contrato nº 18/2020. No documento a empresa ressalta o caráter social dos programas de aprendizagem profissional, exigidos pela Lei nº 10.097/2000 e seus regulamentos. Eis a solicitação:

Considerando que o contrato celebrado entre o TCDF e a Ágil possui atualmente 28 trabalhadores, para atendimento à Lei 10.097/2000 e aos Decretos 9.579/2018 e 11.479/2023, deveremos contratar e manter 01 (um) jovem aprendiz no quadro de pessoal do contrato.

Diante do exposto, aguardaremos posição do TCDF para darmos prosseguimento ao processo de admissão dos aprendizes. Solicitamos uma resposta formal por escrito no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento deste ofício.

3. O Programa Nacional de Aprendizagem, de acordo com o Manual da Aprendizagem Profissional¹, editado pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, “é uma importante oportunidade de inclusão econômica e social prevista na legislação brasileira desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990.”

4. Tal programa tem via dupla, pois ao tempo em que cria oportunidades para os jovens se inserirem no mercado de trabalho, proporciona às empresas uma ferramenta de gerenciamento de recursos humanos, permitindo a capacitação a mão de obra de acordo com suas necessidades administrativas e tecnológicas.

5. O art. 429 do Decreto nº 5.452/1943 – CLT, alterado pela Lei nº 10.097/2000, instituiu a obrigatoriedade aos estabelecimentos de qualquer natureza “empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco

¹ https://sinait.org.br/arquivos/publicacoes/Publicacao_110.pdf



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO
SERVIÇO DE CONTRATOS

Proc.: 502/2021
Cleusa Pitanga

por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.”. Frise-se que essa obrigação abrange exclusivamente as contratações realizadas no regime celetista.

6. No âmbito da Administração Pública, **não há previsão legal para a destinação de vagas aos aprendizes nos contratos de terceirização de mão de obra com dedicação exclusiva**. O art. 58, parágrafo único, do Decreto nº 9.579/2018 determina que a contratação do aprendiz por órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional observe regulamento específico, porém, tal regulamentação ainda não foi editada.

7. A Advocacia-Geral da União – AGU, em seu Parecer n. 00001/2018/CPLC/PGF/AGU², assevera que:

A obrigação capitulada no art. 429 da CLT se destina ao Contratado - prestador dos serviços terceirizados, e não à entidade pública Contratante. A norma se dirige expressamente ao empregador, razão pela qual não existe fundamento legal para a exigência de percentuais mínimos de aprendizes nos contratos de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra firmados pela administração direta, autárquica e fundacional.

8. O subitem 2.3.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 17/2020 elege, como um dos resultados a serem alcançados pela contratação de vigilância patrimonial e segurança pessoal, a eficiência e efetividade, nos seguintes termos:

2.3.2. A busca pela eficiência e efetividade na prestação dos serviços públicos, aliado a alta produtividade, agilidade, qualidade, segurança são metas traçadas pela Administração Pública para as atividades-fim, que se encontram interrelacionadas ao correto desempenho das atividades meio e de apoio operacional. Dessa forma, o alcance de tais objetivos não é possível sem a contratação dos serviços terceirizados de vigilância patrimonial e segurança pessoal.

9. Para conferir eficiência e efetividade à execução contratual, o edital elenca, no item 3.7, do Anexo I, uma série de requisitos técnicos e profissionais básicos para os postos, dentre os quais a apresentação de certificado do curso de formação de vigilantes e certificado de curso de extensão em segurança pessoal. Ou seja, o profissional a ser alocado no posto, necessariamente, deverá comprovar habilidades e conhecimentos prévios. Tal exigência, *smj*, exclui de pronto a possibilidade de aprendizagem durante a execução do serviço objeto do Contrato nº 18/2020.

10. Além disso, na fase de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação, o participante do certame se obriga a declarar “que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.”.³ Nesse sentido, cabe destacar que as atividades de vigilância e segurança pessoal armada são consideradas perigosas, nos termos do art. 193 da CLT.

² <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/procuradoria-geral-federal-1/arquivos/PARECERN000012018CPLCDEPCONSUPGFAGU.pdf>

³ Item 5.3 do Edital do Pregão nº 17/2020



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO
SERVIÇO DE CONTRATOS

Proc.: 502/2021
Cleusa Pitanga

11. A exigência acima atende aos comandos do art. 52, parágrafo único, inciso I c/c art. 53 inciso I do Decreto 11.479/2023

Art. 52. Deverão ser incluídas no cálculo da porcentagem do número de aprendizes a que se refere o caput do art. 51 todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos, considerada a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo único. Ficam excluídas do cálculo as funções que:

I - demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior;

Art. 53. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, exceto quando:

I - as atividades ocorrerem no interior do estabelecimento e sujeitarem os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

12. É importante registrar que, de acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho⁴, os dispositivos legais acima citados não eximem as empresas de cumprirem as cotas de contratação de aprendizes exigida pelo art. 429 da CLT:

RECURSOS DE REVISTA DA UNIÃO (PGU) E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO – CONTRATO DE APRENDIZAGEM – EMPRESA DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA – ATIVIDADE DE RISCO – EXIGÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. O art. 429 da CLT dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Nesse contexto, a base de cálculo do percentual mínimo estipulado para contratação de aprendizes deve ser interpretada em conjunto com o direito fundamental à proteção integral e à profissionalização do adolescente e do jovem. Diante da previsão expressa do art. 10, § 2º, do Decreto nº 5.598/2005, de que mesmo as atividades proibidas para menores devem ser computadas na base de cálculo para contratação de aprendizes, uma solução correta fundamentada nos direitos individuais é a de que não há redução do número de aprendizes em função da atividade (vigilância e segurança privada) eventualmente exercida na empresa, mas tão somente a limitação de idade do aprendiz contratado. Nesse contexto, a contratação de jovens aprendizes na função de segurança privada (vigilância patrimonial, segurança de pessoas físicas e transporte de valores e cargas – art. 10 da Lei nº 7.102/83), para a qual se exige a idade mínima de 21 anos (art. 16, II, da Lei nº 7.102/83) está limitada aos aprendizes maiores de 21 anos e menores de 24 anos. Recursos de revista conhecidos e providos (RR-XXXX-21.2020.5.14.0404, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Melo Filho, 7ª Turma, DEJT 5/12/2014).

13. Ainda sobre a aprendizagem no âmbito da Administração Pública, **no que se refere à terceirização com mão de obra de dedicação exclusiva**, é importante destacar o entendimento da AGU, sobre os princípios que regem a atuação da Administração Pública, consubstanciado no parecer acima citado:

16. A Constituição Federal destinou à Administração Pública uma série de princípios jurídicos, sendo estes mandamentos fundamentais para os atos administrativos. O administrador público brasileiro deve primordialmente respeitar as leis que se conformam com os princípios constitucionais expressos na Carta de 1988.

17. Em que pese os fundamentos jurídicos e sociais relevantes, balizadores do contrato de aprendizagem previsto na CLT, notadamente a inserção do jovem aprendiz no mercado de trabalho e a oportunidade de profissionalização desta mão de obra, não se pode olvidar que, no que tange à Administração Pública, o regime jurídico determinado pela Constituição de 1988

⁴ <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tst/631879764/inteiro-teor-631879788>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO
SERVIÇO DE CONTRATOS

Proc.: 502/2021
Cleusa Pitanga

abarcam determinados institutos jurídicos que devem ser observados criteriosamente e que delimitam a incidência das leis infraconstitucionais, dentre tais institutos a exemplo da licitação para a seleção de contratantes, economicidade e eficiência.

18. Esse entendimento não vulnera o princípio da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, haja vista **a inexistência de norma jurídica regulamentando a obrigação das entidades da administração direta, autárquica fundacional destinarem percentuais mínimos de postos de trabalho a aprendizes em seus contratos de prestação de serviço.**

19. Os contratos administrativos se destinam a satisfazer os interesses do ente público contratante; por sua vez, a execução contratual deve alcançar o maior grau de eficiência com o menor custo possível. O gestor público deve zelar para que as necessidades do ente sejam atendidas sem desperdício de recursos financeiros.

20. Um dos deveres da entidade pública, na licitação, é determinar previamente o modelo de execução do objeto do contrato, a descrição detalhada dos métodos ou rotinas de execução do trabalho, fixando todos os parâmetros para o alcance da eficiência na execução contratual (art. 47 da Lei nº 8.666/1993).

21. Por outro lado, **o Contratado deve arcar com o ônus do dimensionamento dos quantitativos de sua proposta;** assim, a inserção de menor aprendiz na planilha de cálculo e formação de preço é discricionariedade do licitante e depende de fatores intrínsecos a ele, respeitadas as normas de direito público.

22. Cumpre ressaltar que a CLT proíbe o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em condições perigosas ou insalubres, sendo assim, **não é lícito ao ente público permitir que postos de trabalho sejam destinados a aprendizes nesta faixa etária,** quando no contrato de terceirização existem serviços executados em tais condições, tanto assim que, **caso a licitante ofereça tais aprendizes para a execução dessas atividades, o ente público não pode aceitar, sob pena de ser responsabilizado por tal contratação.**

23. Alerta-se, é salutar que as entidades públicas federais exijam em seus editais, para fins de habilitação na licitação (art.27, inc.V da Lei nº8.666/1993), a declaração de que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, cumprindo o disposto no inc. XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal.

24. Ressalvada a norma constitucional (art.7º, inc.XXXIII), o licitante tem a liberdade de especificar em sua proposta comercial quais os quantitativos de recursos humanos que serão utilizados para executar fielmente o contrato, arcando com o ônus da sua proposta, sob pena de sanções por inexecuções injustificadas.

[...]

29. Há de se ponderar que, na contratação administrativa de serviços terceirizados, a previsão de percentuais mínimos de aprendizes no Termo de Referência pode gerar elevação do preço do contrato, inclusive ensejar um decréscimo nos resultados almejados, violando o dever de eficiência exigido na atuação da Administração Pública.

30. Diante do dever de bem gerir o erário, as contratações devem ser guiadas pelos princípios da legalidade, eficiência e economicidade; sendo assim, não se deve tolerar imposições que mitiguem a aplicação desses princípios.

31. Entende-se, portanto, que as entidades da administração direta, autárquica e fundacional não estão obrigadas a incluir em seus editais a previsão de percentuais mínimos de aprendizes nas contratações de serviços em regime dedicação de mão de obra exclusiva.

32. **Além do mais, a lei não autoriza a celebração de aditivos contratuais para acrescentar postos destinados a aprendizes com a única finalidade de satisfazer o interesse da contratada, porque ela deve arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, sendo de sua conta e risco a formação de preços ofertados.** (grifos nossos)

14. Por fim, por sua estreita relação com o tema ora debatido, registre-se que no âmbito Distrital foi sancionada a Lei nº 5.216/2013, que instituiu o Programa Jovem Candango. Tal programa tem por objetivo a contratação de instituições qualificadas em formação técnico-profissional que visam a educação profissional e a assistência ao adolescente. A contratação dessas instituições deve ser realizada pela Secretaria de Estado de Administração Pública, na forma da lei de licitações e contratos administrativos.

15. Anote-se que o programa, de acordo com o Decreto nº 40.883/2020, objetiva acolher adolescentes com idade **entre 14 e 18 anos** no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional distrital, cujas atividades de aprendizagem devem estar voltadas ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÃO, MATERIAL E PATRIMÔNIO
SERVIÇO DE CONTRATOS

Proc.: 502/2021
Cleusa Pitanga

arco ocupacional de gestão e apoio administrativo. Portanto, tal programa em nada se relaciona com a destinação de vagas para aprendizes nos contratos de terceirização, nem tão pouco cria obrigações para o TCDF.

16. Diante do exposto, *smj*, pode-se concluir que:

- a. o art. 429 da CLT criou obrigação de contratação de aprendizes, dirigida aos estabelecimentos de qualquer natureza, nos quais não estão incluídos os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional;
- b. o fato de haver proibição legal de contratação de adolescentes para exercerem atividades perigosas e/ou insalubres, não exime as empresas de cumprirem as cotas de contratação de aprendizes;
- c. não há, até o momento, regulamentação que disponha sobre a aprendizagem no âmbito das contratações públicas, nem tão pouco obrigação para que se reserve vagas para aprendizes em seus contratos de prestação de serviço.

17. Sendo assim, submetem-se os autos à consideração superior, sugerindo que o tema seja apreciado pela douta Consultoria Jurídica desta Corte, cujo parecer deverá subsidiar a decisão final sobre a solicitação da Contratada.

À superior consideração.

Brasília, 17 de maio de 2023.

LUCIANA MOREIRA MOURA
Chefe do Serviço de Contratos

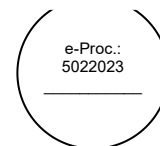
De acordo.
À SEGEDAM para as providências cabíveis.

Brasília, 17 de maio de 2023.

LEONARDO JOSÉ ALVES LEAL NERI
Secretário de Licitação, Material e Patrimônio



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE



Informação nº 171/2023 – Segedam

Brasília (DF), 24 de maio de 2023.

Processo nº: 00600-00000502/2021-03--e

Interessado: Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio – Selip

Assunto: Solicitação de informações - Contratação de jovens aprendizes no contexto do Contrato nº 18/2020 - Procedimentos adotados pela área administrativa do Tribunal quanto à aplicação ao objeto do contrato em questão e nos demais tipos de contratos de terceirização.

Senhor Presidente,

Trata-se do Ofício nº 036/2023 (peças nºs 201 e 202) mediante o qual a empresa Ágil Empresa de Vigilância Ltda - que mantém ajuste com este Tribunal, de serviços de vigilância patrimonial armada -, solicita a contratação de um jovem aprendiz no quadro de pessoal do Contrato nº 18/2020, tendo como base o caráter social dos programas de aprendizagem profissional, por exigência da Lei nº 10.097/2000 e regulamentos.

2. A Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio, em conjunto com o Serviço de Contratos, traz instrução detalhada acerca do assunto (peça nº 203), na qual assevera os motivos e os fundamentos legais que balizam sua negativa em acolher o pedido efetuado pela empresa Ágil, concluindo pelo seguinte:

“a. o art. 429 da CLT criou obrigação de contratação de aprendizes, dirigida aos estabelecimentos de qualquer natureza, nos quais não estão incluídos os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional;

b. o fato de haver proibição legal de contratação de adolescentes para exercerem atividades perigosas e/ou insalubres, não exime as empresas de cumprirem as cotas de contratação de aprendizes;

c. não há, até o momento, regulamentação que disponha sobre a aprendizagem no âmbito das contratações públicas, nem tão pouco obrigação para que se reserve vagas para aprendizes em seus contratos de prestação de serviço”.

3 Assim, manifestando-me de acordo com a instrução dos autos, submeto o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, para conhecimento, e posterior envio à Consultoria Jurídica para orientação quanto a indagação da Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio, ao tempo em que amplio



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE

e-Proc.:
5022023

o pedido de consulta, considerando a situação dos demais contratos terceirizados de mão de obra, no âmbito desta Corte de Contas.

Respeitosamente,

PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA
Secretário-Geral de Administração

À Consultoria Jurídica, para emissão do parecer.

Em 24.05.2023.

MÁRCIO MICHEL
Presidente

Processo nº 00600-00000502/2021-03-e

Assunto: Aditamento Contratual. Contratação de Jovens Aprendizizes no âmbito do Contrato de n.18/2020.

Referência: Informações nº 171 - SEGEDAM.

Interessada: ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA

Ementa: Solicitação de contratação de jovem aprendiz no quadro de pessoal do contrato de n.18/2020. O art.429 da CLT criou obrigação de contratação de aprendizes, dirigidas aos estabelecimentos de qualquer natureza, no quais não estão incluídos os órgãos da Administração Pública Direta. Existe expressa proibição legal de contratação de adolescentes para exercerem atividades perigosas. Não existe regulamentação que disponha sobre a aprendizagem no âmbito das contratações públicas. Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio sugere indeferimento do pedido. **Consultoria Jurídica da Presidência:** ausência de regulamentação legal. Indeferimento do pleito. Prosseguimento dos autos.

P A R E C E R Nº 87/2023-CJP

Versam os autos sobre o Contrato de n.18/2020, firmado entre o Tribunal de Contas do Distrito Federal e a sociedade empresária ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA, cujo objeto refere-se à prestação dos serviços de vigilância patrimonial armada para fins de atendimento das necessidades desta Corte, nos termos das regras e especificações previstas no Edital do Pregão Eletrônico de n.17/2020.

Conforme se extrai nos documentos e informações constantes no processo, a empresa Contratada encaminhou à Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio Ofício de n.036/2023, no qual solicitava a contratação de um jovem aprendiz no quadro de pessoal do contrato supramencionado, argumentando que deve observância aos requisitos exigidos na lei 10.097/2000, bem como aos decretos 9579/2018 e 11479/2023.

A Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio manifestou-se de forma contrária ao presente requerimento nos seguintes termos (peça 203):

Diante do exposto, smj, pode-se concluir que:

a. o art. 429 da CLT criou obrigação de contratação de aprendizes, dirigida aos estabelecimentos de qualquer natureza, nos quais não estão incluídos os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional;

b. o fato de haver proibição legal de contratação de adolescentes para exercerem atividades perigosas e/ou insalubres, não exime as empresas de cumprirem as cotas de contratação de aprendizes;

c. não há, até o momento, regulamentação que disponha sobre a aprendizagem no âmbito das contratações públicas, nem tão pouco obrigação para que se reserve vagas para aprendizes em seus contratos de prestação de serviço.

Por sua vez, o Secretário Geral de Administração se posicionou de acordo com a instrução dos autos, opinando pela negativa do pedido efetuado pela requerente, conforme se verifica na peça 204.

Assim, manifestando-me de acordo com a instrução dos autos, submeto o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, para conhecimento, e posterior envio à Consultoria Jurídica para orientação quanto a indagação da Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio, ao tempo em que amplio o pedido de consulta, considerando a situação dos demais contratos terceirizados de mão de obra, no âmbito desta Corte de Contas.

Mediante venerando despacho presidencial, os autos foram encaminhados a esta Consultoria Jurídica para manifestação.

É o relato necessário.

Primeiramente, incumbe ressaltar que a obrigação prevista no art.429 da CLT – no qual instituiu a obrigatoriedade aos estabelecimentos de qualquer natureza a empregar e matricular nos cursos de Serviços Nacionais de Aprendizagem um número mínimo de 5% (cinco por cento) de menores aprendizes dentre todos os trabalhadores da sociedade empresária – não se aplica no âmbito deste Tribunal de Contas. Isso porque, nos termos do art.58, parágrafo único, do Decreto 9579/2018 a contratação de menor aprendiz por parte de órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, ao contrário do que ocorre com as empresas privadas, deve observar regulamento específico, não havendo, contudo, edição de ato normativo até o presente momento.

Ademais, como bem ressaltado pelas unidades instrutórias, a Advocacia Geral da União, em seu parecer de n. 00001/2018/CPLC/PGF/AGU, firmou o entendimento de que não existe suporte legal para exigência de percentuais mínimos de aprendizes nos contratos de regime de dedicação exclusiva quando celebrados pela Administração Pública.

In verbis:

A obrigação capitulada no art. 429 da CLT se destina ao Contratado - prestador dos serviços terceirizados, e não à entidade pública Contratante. A norma se dirige expressamente ao empregador, razão pela qual não existe fundamento legal para a exigência de percentuais mínimos de aprendizes nos contratos de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra firmados pela administração direta, autárquica e fundacional.

Referido parecer ainda destaca que a legislação vigente não autoriza a celebração de aditivos contratuais para acrescentar postos destinados a aprendizes com finalidade única e exclusiva de satisfazer o interesse da contratada, sobretudo se destinados a concertar eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos da sua proposta.

Além do mais, a lei não autoriza a celebração de aditivos contratuais para acrescentar postos destinados a aprendizes com a única finalidade de satisfazer o interesse da contratada, porque ela deve arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, sendo de sua conta e risco a formação de preços ofertados.

Noutro giro, insta observar que a CLT proíbe o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em condições perigosas ou insalubres, em especial quando relacionado aos serviços de segurança armada. Nessa perspectiva, depreende-se que não é lícito a este órgão ou a qualquer outro ente público permitir ou incentivar que postos de trabalho desta natureza sejam destinados a aprendizes que não alcançaram a maioridade.

Também vale mencionar que, para conferir maior eficiência à execução dos serviços prestados a este Tribunal, o edital do Pregão Eletrônico de n.17/2020 exigiu que os agentes terceirizados apresentem curso de formação de vigilantes e certificado de curso de extensão de segurança pessoal, circunstância que inevitavelmente afasta qualquer expectativa de um menor aprendiz prestar as atividades previstas no Contrato de n.18/2020.

No ponto, registra-se que tal exigência vai de ao encontro com o que dispõe os arts.52 parágrafo único, inciso I c/c art. 53 inciso I do Decreto 11.479/2023.

Nesse sentido:

Art. 52. Deverão ser incluídas no cálculo da porcentagem do número de aprendizes a que se refere o caput do art. 51 todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos, considerada a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo único. Ficam excluídas do cálculo as funções que:

I - demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior;

Art. 53. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, exceto quando:

I - as atividades ocorrerem no interior do estabelecimento e sujeitarem os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

Face o exposto, essa esta Consultoria Jurídica, restrita aos aspectos jurídico-formais, em convergência com as unidades instrutivas, opina pela negativa do requerimento formulado pela empresa ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA.

Brasília, 28 de Junho de 2023.

João Victor Bessa Duarte
Assessor Jurídico

De acordo.

Encaminhem-se os presentes autos ao Gabinete da Presidência.

Alcidino Viera Júnior
Consultor Jurídico



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Processo nº 00600-00000502/2021-03

Referências: Ofício nº 36/2023 - Ágil Vigilância (peça 202); Despacho nº 48/2023 - Serco (peça 203); Informação nº 171/2023-Segedam (peça 204); Parecer nº 87/2023 (peça 205).

Assunto: Contratação de Jovens Aprendizizes no âmbito do Contrato de nº 18/2020.

Sumário: Versam os autos sobre o Contrato de nº 18/2020, firmado entre o Tribunal de Contas do Distrito Federal e a sociedade empresária ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA, cujo objeto refere-se à prestação dos serviços de vigilância patrimonial armada para fins de atendimento das necessidades desta Corte, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico de nº 17/2020. A empresa solicitou, por meio do Ofício nº 36/2023, a contratação de um jovem aprendiz no quadro de pessoal do contrato supramencionado, argumentando que deve observância aos requisitos exigidos na Lei nº 10.097/2000, bem como aos Decretos nº 9579/2018 e 11479/2023. A Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio - Selip manifestou-se de forma contrária ao requerimento, em virtude da inexistência de obrigação expressa de contratação de jovens aprendizes pela Administração Pública. O Secretário Geral de Administração posicionou-se de acordo com a instrução dos autos, opinando pela negativa do pedido efetuado pela requerente. Encaminha os autos para orientação quanto à indagação da Selip, com pedido de consulta, considerando a situação dos demais contratos terceirizados de mão de obra, no âmbito desta Corte de Contas. A Consultoria Jurídica, em convergência com as unidades instrutivas, opina pela negativa do requerimento formulado pela empresa ÁGIL.

DESPACHO Nº 1374/2023 - PRESIDÊNCIA

Em consonância com o Parecer nº 87/2023 – CJ, indefiro o requerimento da empresa ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA.

Encaminhem-se os autos à Secretaria-Geral de Administração, para conhecimento e providências decorrentes.

Brasília-DF, 29 de junho de 2023.

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA
Presidente em exercício